

STJ00117405

ARTHUR LAÉRCIO HOMCI

PRECEDENTES E INTEGRIDADE

OS DESAFIOS PARA A GARANTIA DO ACESSO À
JUSTIÇA A PARTIR DA ATUAÇÃO DO STF

Londrina/PR
2023


THOTH
E D I T O R A

Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação (CIP)



© Direitos de Publicação Editora Thoth.
Londrina/PR.
www.editorathoth.com.br
contato@editorathoth.com.br

Silva, Arthur Laércio Homci da Costa.
**Precedentes e integridade: os
desafios para a garantia do acesso à
justiça a partir da atuação do STF.** /
Arthur Laércio Homci da Costa Silva
Londrina, PR: Thoth, 2023.

243 p.
Bibliografias: 225-243
ISBN 978-65-5959-469-6

1. Direito Processual Civil. 2. Precedentes.
I. Título.

CDD 341.46

Diagramação e Capa: Editora Thoth
Revisão: Maria da Graça Leal
Editor chefe: Bruno Fuga
Coordenador de Produção Editorial: Thiago
Caversan Antunes
Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur
Bezerra de Souza Junior

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Processual Civil: 341.46

Conselho Editorial (Gestão 2022)

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele
Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior •
Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr.
Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel
Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me.
Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme
Wünsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves
Caixêta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da
Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof.
Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr.
Thiago Caversan Antunes

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra
sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é
crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados
pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se
responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por
seus autores.

SUMARIO

SOBRE O AUTOR.....	7
AGRADECIMENTOS	11
PREFÁCIO	17
APRESENTAÇÃO	19
INTRODUÇÃO.....	25
 CAPÍTULO 1	
O PROCESSO DE INSTITUIÇÃO DO SISTEMA PRECEDENTALISTA BRASILEIRO	31
1.1 A nossa tradição nos impede de sermos precedentalistas?	32
1.2 Breves apontamentos sobre o sistema jurídico brasileiro rumo ao precedentalismo	40
1.3 A jurisprudência e os costumes adquiridos na nossa prática jurisdicional ..	44
1.3.1 Crítica à jurisprudência como fonte do direito	47
1.3.2 Terminologia equivocada e ausência de coerência entre a jurisprudência e o caso	48
1.3.3 Ementa do acórdão como norma jurídica	51
1.3.4 O sistema de pesquisa simplificada de jurisprudência e a baixa densidade do direito jurisprudencial aplicado	53
1.3.5 O ímpeto sumular do direito brasileiro e os seus impactos na prática jurisdicional	54
1.4 A formação de juristas precedentalistas e o desafio subjetivo do sistema jurídico brasileiro	56
1.5 Por que insistir na instituição do sistema precedentalista brasileiro?	61
1.6 O Código de Processo Civil de 2015 como marco normativo: já temos um sistema precedentalista?	64

CAPÍTULO 2

A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE PRECEDENTES VINCULANTES NO BRASIL.....	67
2.1 A composição dos precedentes	69
2.2 A (não) aplicação dos precedentes vinculantes	73
2.3 A classificação dos precedentes	77
2.4 A identificação dos precedentes vinculantes	80
2.5 O processo de formação dos precedentes considerados vinculantes no Brasil.....	84
2.5.1 As decisões do STF em controle concentrado de constitucionalidade ...	84
2.5.2 Os enunciados de súmula vinculante	93
2.5.3 Os acórdãos em Incidente de Assunção de Competência	94
2.5.4 Os acórdãos em Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas	97
2.5.5 Os acórdãos em julgamento de recursos extraordinários e especiais repetitivos	100
2.5.6 Os enunciados das súmulas do STF em matéria constitucional e do STJ em matéria infraconstitucional	102
2.5.7 A orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estão vinculados os respectivos tribunais	104
2.6 O elemento participativo e os sujeitos envolvidos nos processos de formação dos precedentes	104

CAPÍTULO 3

O VALOR DA INTEGRIDADE NA FORMAÇÃO DE PRECEDENTES.....	111
3.1 Integridade: a palavra mágica do artigo 926 do CPC	113
3.2 A integridade como valor relevante para um sistema precedentalista em Ronald Dworkin	116
3.2.1 Por que é importante respeitar a história institucional da justiça	121
3.2.2 O aperfeiçoamento da justiça para a comunidade por meio do binômio segurança-igualdade	126
3.2.3 A igualdade como valor moral e político caro a um sistema jurídico ...	129
3.2.4 Dizer o direito é fazer o direito?	136
3.3 A integridade do sistema jurisdicional e sua correlação com o acesso à justiça.....	139

CAPÍTULO 4

O PERFIL CONTEMPORÂNEO DO ACESSO À JUSTIÇA E A CONTRIBUIÇÃO DO DEVER DE INTEGRIDADE PARA A SUA CONSOLIDAÇÃO A PARTIR DA ATUAÇÃO JURISDICIONAL DO STF.....	143
---	-----

4.1 Acesso à justiça na jurisdição constitucional brasileira	146
4.2 As faces contemporâneas do acesso à justiça: o papel do Poder Judiciário para além da jurisdição	152
4.2.1 Direito à informação e acesso à justiça	154
4.2.2 Direito ao acesso à justiça organizada e formada por juízes atentos e inseridos na realidade social	162
4.2.3 Direito à preordenação dos instrumentos processuais capazes de promover a objetiva tutela dos direitos	171
4.2.4 Direito à retirada dos obstáculos que se anteponham ao acesso efetivo à justiça	177
CONCLUSÃO	213
REFERÊNCIAS	225